



O ex-ministro Aníbal Teixeira, ponta-de-lança dos planos sociais de Sarney

Sarney

O "tudo pelo social" do governo rola a ladeira

AGÊNCIA ESTADO

"Tudo pelo social", o lema do governo Sarney, está rolando ladeira abaixo. Técnicos da própria administração federal não têm dúvida: é enorme o abismo entre a propaganda oficial e a realidade. A Central de Medicamentos (Ceme), por exemplo, tem hoje orçamento de Cz\$ 4,9 bilhões para atender neste ano 104 milhões de brasileiros. É quase nada, pois precisa seis vezes mais, Cz\$ 31 bilhões.

Pior do que isso: seu estoque de medicamentos chegará ao máximo até junho, e ainda assim porque a variedade de remédios da chamada farmácia básica foi reduzida de 63 para 48 produtos. "Se não houver complementação de recursos será impossível cumprir a meta. Dará apenas para atender 10 milhões de pessoas, se tanto" — alerta Ronei Edmar Ribeiro, o presidente da Ceme.

Andando na contramão da economia, pois não controla o déficit público, gastando mais do que pode, o governo cria e multiplica os problemas. Uma farmácia custava em média no ano passado Cz\$ 92 mil, preço que já saltou para Cz\$ 550 mil em janeiro passado. Se o dinheiro não aparecer, o governo, que já não controla a inflação, vai enfiar a mão no bolso das famílias de até cinco salários mínimos de referência, Cz\$ 24.660, pois é a elas que se destinam as farmácias básicas e exatamente para impedir que desviam de 20 a 30% de seus orçamentos com gastos em remédios. Não é tudo: sem recursos adicionais, o programa pária e muitos laboratórios vão quebrar, já que não têm como colocar a produção iniciada em janeiro deste ano, quando o governo deu o sinal verde, ao autorizar licitação para a compra de medicamentos.

O "Tudo pelo social" derrapa também em outra área vital, as 18 milhões de crianças de até seis anos que recebem a cesta básica de alimentos. Para um orçamento de Cz\$ 8,2 milhões, o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, o Inan, já sabe que precisa de verba dez vezes superior, Cz\$ 83 bilhões, e isso a preços de dezembro do ano passado, portanto há três meses, período em que a inflação subiu 60%. Com o dinheiro que ainda dispõe, o Inan agüenta mais 60 dias — diz o seu secretário

de Planejamento, Edgard Luiz Gutierrez Alves.

Também não é diferente a situação da Fundação de Amparo ao Estudante (FAE), com um orçamento de Cz\$ 36 bilhões para 88. A verba tem de alimentar 32 milhões de crianças com a merenda escolar, distribuir 130 milhões de livros escolares aos alunos da rede pública, além de lápis, borracha, caneta, caderno e apontadores para os alunos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Só com a merenda a previsão orçamentária estimava gastos de Cz\$ 26 bilhões, cálculos feitos para uma inflação de 120% ao longo de todo este ano. Os primeiros três meses, com 60%, já comeram metade desse orçamento.

Os programas sociais sofrem ainda com a grave crise econômica e toda vez que o governo fala em cortar gastos para conter o déficit público o caminho da ajuda aos mais pobres acaba minado. "Essa história de cortes de despesas não pode ter um tratamento linear" — queixa-se Carlos Pereira, o presidente da FAE. "Se em alguns lugares você corta gorduras, em outros só consegue atingir os ossos."

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por exemplo, já trombou de frente com o governo, que bloqueou dois terços de suas verbas, dinheiro que repassava para Estados e municípios.

É por situações como essa que Edgar Luiz Gutierrez, secretário de Planejamento do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, não acredita no lema de Sarney.

"Quando a taxa de inflação e o desemprego aumentam juntos com o déficit público, o que primeiro se corta são os gastos sociais. Falhando as metas econômicas, falham também os programas sociais" — garante.

PARA OS AMIGOS, TUDO

Os programas sociais do governo Sarney esbarram ainda na politicagem e na corrupção. A distribuição de alimentos, por exemplo, é utilizada para benefício político de pessoas ligadas aos governadores, e nem o ministro Borges da Silveira, da Saúde, e o presidente do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, Eduardo Kertsz, negam isso. Com a falta de recursos, o Inan envia aos Estados alimentação muito abaixo

da quantidade necessária e então os governadores manipulam os estoques, distribuindo a alimentação entre os prefeitos que os apóiam.

A assistência social também passa pela corrupção. Relatório feito pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea), órgão do Ministério do Planejamento, descobriu muitas irregularidades nos programas sociais do Ministério da Educação durante o ano passado: "Fluxo irregular de recursos; recursos transferidos com atraso; utilização pelos prefeitos dos recursos em campanhas políticas; e falta de controle dos convênios" foram alguns dos desmandos apontados.

A corrupção fica ainda mais visível se levantado o véu da intermediação. A CPI da Corrupção tem depoimentos sobre intermediação de terceiros para levantar recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação em troca de polpudas comissões. Em Brasília, por exemplo, o advogado Paulo Sérgio Ramos Verano já confirmou ser "agente" de uma firma chamada Coimpro na intermediação de recursos para prefeituras de São Paulo, atividade que ele chama de **lobby** e considera legal.

As denúncias também despicam sobre a Secretaria Especial de Ação Comunitária, a Seac, ao tempo em que Aníbal Teixeira era seu secretário-executivo, e em seguida, quando indicado para o Ministério do Planejamento, acertou com o presidente da República trazer junto a Seac. Demitido Teixeira, a Seac retornou ao organograma do Palácio do Planalto, também por exigência, mas do novo ministro, João Batista de Abreu, que queria distância dos programas sociais.

O Ministério do Planejamento, contudo, ainda detém alguma influência na definição de recursos, como a Reserva do Fundo Especial, dotação manipulada pela Presidência da República e que tem atendido governadores e prefeitos amigos. Também está com o ministério a conta Encargos Gerais da União, outro filão para os intermediadores — recentemente, surgiram denúncias de irregularidades que estão sendo investigadas pela Polícia Federal e por uma comissão de inquérito constituída no Senado.

Governo José Sarney TUDO PELO SOCIAL

Para oposição, lema desmoralizado

Esse quadro, é claro, anima as críticas contra o governo. Na oposição, os ataques são pesados. "Sob a cobertura do 'Tudo pelo social' se promove o maior arco-soco salarial da história do Brasil" — acusa o deputado Luís Salomão (PDT-RJ). "O desemprego e o subemprego nunca estiveram em níveis tão elevados. O Brasil está agora em 89º lugar em comparação com as outras nações em nível de vida." Outro pedetista fluminense, Lísaneas Maciel, diz que o social não é importante para o governo. "Se fosse, a política salarial do ministro Malison da Nóbrega seria outra." Malison é

acontecendo é a concessão de privilégios a grupos políticos e partidários favoráveis ao governo. Isso é mais grave tanto quanto se está num mesmo governo tão grande. Nem mesmo o governo leva a sério o seu lema" — garante.

Não é o que pensa, evidentemente, a assessoria particular do presidente José Sarney, que já contabilizou 500 mil cartas recebidas de todo o Brasil. E prova, dizem os assessores, de que os programas sociais são o principal exemplo do governo. Nelson Proença, que deixou a IBM de Brasília, especialmente para chefiar a Seac, a convite do ex-ministro Aníbal Teixeira, vai mais longe: "Trabalha-se de uma revolução de mentalidade" — explica. Assim, garantem os assessores presidenciais, os programas sociais vão con-

tinuar, e sem cortes. Outro grande defensor do "Tudo pelo social" é o líder do PFL, deputado José Lourenço (PFL-BA). "Nunca se construiram tantas escolas como neste governo" — diz. "Pelo menos na Bahia, meu Estado" — pondera.

"A adoção de lemas é uma velha prática de regimes autoritários" — afirma o pedetista do Rio Luiz Salomão, lembrando que os governos militares tinham lemas como "Ame-o ou deixe-o" e "Pra frente Brasil". Opinião semelhante é a do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), para quem todo deputado paulista é "louco". Já o deputado paulista Delmiro Netto, do PDS, prefere explicar pela ironia: "Tudo pelo social e os trabalhadores pelo elevador de serviço".

Levantamento dos reporteres Bartolomeu Rodrigues, Dorgil Marinho, Gilson Luiz Euzébio, Milano Lopes e Rudolfo Lago, da Sucursal de Brasília